

# CONVULSÕES NAS COLÓNIAS DE ANGOLA E BENGUELA

## NO PÓS-GUERRA PENINSULAR

**Miguel Júnior\***

Na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, vigorou o Antigo Regime. Em todos os países europeus existiam as monarquias absolutas, baseadas na visão despótica e iluminada. Mas o quadro que prevalecia na Europa sofreu, com o desenrolar do tempo, uma profunda alteração. As mudanças deveram-se sobretudo a um conjunto de factores políticos, económicos, sociais, científicos e militares. As alterações que se fizeram sentir, no fim do século XVIII e no começo do século XIX, também tiveram impacto fora do continente europeu.

Do conjunto de factores que pontificaram e originaram mudanças, há que realçar dois. Um é a Gloriosa Revolução Inglesa de 1668 e o outro é a Revolução Francesa de 1789. Estes dois grandes eventos, e movimentos sociais e políticos, estiveram na origem do derrube das monarquias absolutas na Europa e deram lugar às monarquias constitucionais e, mais tarde, a uma ou outra forma republicana como modelo político de vida.

Depois da eclosão da Revolução Francesa, em 1789, a Europa conheceu vários desenvolvimentos originados por factores internos (França) e externos (outros países europeus). Entre os factores internos há que destacar a situação criada pela Revolução Francesa, enquanto que em termos de factores externos o destaque tem a ver com a pressão que alguns países europeus exerceram sobre a França, face à situação revolucionária em que ela se encontrava e aos excessos que se cometiam.

No meio da conjuntura revolucionária, a Europa conheceu dois grandes momentos de guerra. O primeiro tem a ver com a guerra de 1792 a 1802, em que a França enfrentou a primeira e segunda coligações de países europeus. O segundo prende-se com a guerra levada a cabo pela França, entre 1804 e 1815, contra um conjunto de países europeus na mira de consolidar o seu império continental, impor os seus interesses e concretizar o seu sonho de bloqueio continental a Inglaterra. Nesta fase a França enfrentou a terceira e quarta coligações. E foi precisamente no segundo

---

\* Tenente-general das Forças Armadas Angolanas.

momento, no contexto do bloqueio continental levado a cabo pela França, que a guerra chegou à península ibérica. Assim Portugal se viu envolvido na guerra, conhecida como Guerra Peninsular.

A Guerra Peninsular teve, no entanto, impacto profundo na vida de Portugal, na medida em que a Corte portuguesa, com o príncipe regente à cabeça, abandonou o país e se instalou no Brasil. Neste sentido, a Corte portuguesa permaneceu no Brasil de 1808 a 1821. Este facto, por sua vez, criou novos desenvolvimentos internos. Com isso, entre 1820 e 1821, em Portugal tiveram lugar alguns acontecimentos que alteraram profundamente o quadro político interno e estiveram na origem de perturbações políticas que se registaram nos domínios portugueses, a exemplo das colónias de Angola e Benguela (nesta altura o território angolano não era administrado como um todo). É evidente que as campanhas napoleónicas não se fizeram sentir nas colónias de Angola e de Benguela, mas aquilo que adveio dos eventos políticos, ocorridos entre 1820 e 1821, se repercutiu nessas colónias. O que se pode muito bem considerar como evidências do período pós-guerra peninsular, associadas aos factores de carácter político e económico.

Deste modo, o objectivo do presente artigo é analisar o que de facto se passou nas colónias de Angola e Benguela e fazer um arrolamento dos principais factos, bem como verificar as conexões com os acontecimentos externos – Portugal e Brasil. Este objectivo revela-se muito mais importante, na medida em que a análise profícua desses factos talvez nos conduza a identificar situações que se revelem importantes para a historiografia militar.

### **Das Invasões Napoleónicas à Revolução Liberal de 1820**

As invasões napoleónicas tiveram lugar num período particular da história da França, que denominamos como época imperial francesa. Mas para percebermos esse período da história há que incorporar no corpo do texto uma série de factos, com cunho retrospectivo, para melhor situar as coisas e facilitar a compreensão sobre essas invasões.

Anos antes das invasões, a França confrontou-se com a Revolução, em 1789. A Revolução Francesa derivou do caduco modelo político e social que vigorava em França (monarquia absoluta) e devido aos interesses de forças sociais ascendentes que exigiam mudanças sociais, políticas e económicas. Com a eclosão da Revolução, em 1789, a França viveu inúmeros problemas que desencadearam diversas reacções internas e externas. Neste contexto conturbado, uns achavam que tinha chegado o fim da monarquia absoluta em França e outros no exterior (países em que ainda vigoram as monarquias absolutas) discordavam com o modo de agir dos revolucionários. Esta luta criou condições para o surgimento da guerra na Europa.

Assim, em 1791, no meio do emaranhado dos conflitos de interesse, a Áustria e a Prússia declararam guerra à França. Em 1792, eles invadiram a França. Esta acção desencadeada por esses dois países é a primeira coligação arquitecta contra a França (1792-1797). A partir daqui surgiram, como é natural, todo um conjunto de situações que se estenderam por quase toda a Europa. Desde esse momento, a Europa passou a viver momentos conturbados.

No auge da guerra, a França passou de agredida à agressora quando ela penetrou no território da Bélgica e ocupou-o para impor o seu ponto de vista. No decorrer da guerra, a França obteve vitórias que foram o meio para levar a Revolução e seus ideais além-fronteiras. Assim, os franceses passaram a contaminar outros povos da Europa com as ideias revolucionárias. Com o acumular das vitórias francesas, a Prússia, a Espanha e a Holanda assinaram a paz, em 1795. Também, após uma campanha em Itália, o imperador da Áustria rubricou com os franceses o acordo de paz de Compoformio, em 1797.

Como consequência das vitórias da França, na Europa nasceram outras repúblicas, que passam a ser conhecidas como «Repúblicas Irmãs». Estas repúblicas abarcaram os territórios que vão desde a Holanda à Suíça e englobavam também alguns dos Estados italianos, nomeadamente: República Cisalpina (Lombardia) e a República Lígure (Génova). Na verdade, estas repúblicas eram claramente possessões francesas que funcionavam como autênticas barreiras ou “tampões face aos inimigos da República”. Esta foi uma das grandes medidas adoptadas pelos defensores da causa revolucionária para a defesa da Revolução e para afastarem as ameaças que não eram poucas.

No decurso do tempo, no interior da França, precipitaram-se acontecimentos que levaram Napoleão Bonaparte ao poder e, com ele no poder, a França entrou assim para outra fase da sua história. Esta é a época imperial (1799). O período imperial, sob comando de Napoleão Bonaparte, registou por diversos acontecimentos (económicos, sociais, jurídicos, militares) de grande quilate, cujas repercussões se fizeram sentir em algumas parcelas do mundo.

É necessário recordar, entretanto, que, depois dos eventos político-militares de 1797 (paz de Compoformio), Napoleão Bonaparte se envolveu na empreitada do Egipto, o que esteve na origem da situação de Abukir de Agosto de 1798. Essa situação deixou evidente o poder naval da Inglaterra, o que levou a França a enfrentar uma segunda coligação. Com isso, a guerra continuou na Europa.

A segunda coligação, posta em marcha, era composta pelo seu arqui-rival a Inglaterra, a Áustria e a Rússia. Confirmada a coligação, os actos militares não se fizeram esperar. Não obstante o estado de guerra que imperava, havia interesse em fazerem as pazes com a Inglaterra e a Áustria, mas estes países estavam relutantes. Diante da inflexibilidade da parte contrária, a saída foi lutar. O que implicou fazer campanhas militares em Itália e na Alemanha. Nestas condições, o lema de Napoleão Bonaparte era fazer a guerra para garantir, aos franceses, uma paz definitiva. Como as coisas não decorreriam de feição para a coligação, esta fracassou. Esta era a situação entre 1799 e 1801.

Nestas circunstâncias, em 1801, a França, depois de assinar a paz com a Rússia, não tinha adversários. Então, em 1802, surgiu a oportunidade para ela renovar velhos acordos e assinar outros, sobretudo o Tratado de Amiens. A este respeito Roger Dufraisse (1988), na sua obra *Napoleão*, diz o seguinte: “[a] paz de Amiens fora um dos maiores êxitos de Bonaparte, contribuindo grandemente para consolidar seu prestígio. Sua interrupção e a retomada das conspirações realistas permitirão a transformação de seu poder em monarquia hereditária.” Esta situação criou, pois, condições para a paz ser, novamente, um facto na Europa. Depois da guerra que começou em 1792 e que terminou em 1802.

De 1802 a 1803 tiveram lugar outros factos. É precisamente nestas condições que Napoleão Bonaparte avançou, pela primeira vez, a ideia de sistema continental. Esta ideia decorreu da complexidade política que envolvia a Europa e ele apostou em esfumar o antagonismo lactente entre a Revolução e o Antigo Regime.

Desta maneira o interesse dele era criar um espaço onde pudessem existir países aliados e seguidores do modelo francês. No entanto, a ideia napoleónica de sistema continental assentava em fundamentos de ordem política e económica. Em termos políticos, o sistema continental visava integrar um conjunto de Estados-tampão na mira da França criar o seu “Império colonial”.

Quanto menos se esperava, a Europa confrontou-se novamente com outra guerra. Esta resultou de várias causas. As principais foram as usurpações francesas na Europa que deixaram alarmada a Áustria, a Rússia e sobretudo a Inglaterra. Além disso, as anexações que a França fez em Itália e a sua política alfandegária irritavam profundamente a Inglaterra. A agravar muito mais a situação, ocorreu o rompimento da paz de Amiens por iniciativa inglesa e a Inglaterra apreendeu navios franceses e holandeses nos seus portos. A seguir, a Inglaterra declarou, em 1804, guerra à França. Mas não arquitectou nenhuma coligação. Por isso, a guerra, que assistiu entre a França e a Inglaterra, foi de cariz económico. Essa guerra agravou muito mais devido às diligências das partes no continente europeu e fora. Na senda da defesa dos interesses e das políticas, as partes começaram a fazer pressão sobre outros países europeus. Nesta altura, Portugal começou a sentir as primeiras pressões e adoptou uma política de neutralidade.

No decorrer de 1804, em França fizeram-se, no entanto, uma série de demarches na perspectiva de estabelecer o Império. Nestas circunstâncias, as forças internas, sobretudo os círculos ligados ao poder, movimentaram-se para estabelecer o império mediante acções de conquista. Com a instalação do governo de feição imperial, Napoleão Bonaparte definiu três direcções na sua política externa. Os três pilares da política externa napoleónica passaram pelo respeito pela integridade territorial da França, pela luta em busca de uma vitória sobre a Inglaterra e pelo estabelecimento do sistema continental. Assim, e sem mais demoras, a França decidiu impor o bloqueio continental no âmbito da guerra que travava com a Inglaterra. Na senda da implementação do programa de bloqueio e reformas, na perspectiva do sistema continental, Napoleão Bonaparte introduziu mudanças em certos tronos europeus na mira de ver assegurado os seus planos. É evidente que este propósito suscitou dúvidas e criou contradições. Tal era a situação que, por exemplo, os espanhóis se recusaram à imposição de um rei napoleónico, o que levou o imperador francês a desencadear a guerra.

Com isto era visível, no horizonte, o surgimento da terceira coligação, visto que os esforços se encaminhavam para o alargamento do sistema continental (1805-1806). Em 1805 foi estabelecida a aliança anglo-russa e a Áustria aderiu. Entretanto, em Outubro desse ano, em Trafalgar, Villeneuve e suas tropas foram aniquilados por Nelson, quando a esquadra francesa se movimentavam no contexto do bloqueio. Com essa derrota, Napoleão começou a ter dificuldades para impor a paz a Inglaterra. No desenrolar desse ano, em Dezembro, Napoleão obteve uma vitória sobre os austro-russos em Austerlitz. Em consequência, a Áustria abandonou de pronto a coligação. Seguindo-se depois o acordo da França com a Prússia e imposições a Áustria e a outros Estados, tendo em vista o combate ao comércio inglês. Ocorreu, assim, uma pausa relativa na guerra (entre Dezembro de 1805 e Outubro de 1806), apesar das campanhas no sul da Itália.

Em 1806 continuou a guerra económica entre os dois contendores (França e Inglaterra). Ao mesmo tempo, os esforços de Napoleão Bonaparte prosseguiram no sentido de edificar o grande império. Tanto assim foi que, em Junho de 1806, a França e dezasseis Estados alemães assinaram um tratado que esteve na origem da Confederação do Reno. Só que esses passos deram lugar a uma federação de Estados organizados e subordinados à França.

Muita gente indignou-se com o estado das coisas dentro (oposição realista) e fora da França. Os passos que se seguiram beneficiaram Napoleão. Ele aproveitou essa ocasião soberana para aniquilar o exército prussiano (Outubro de 1806). Tomou Berlim e, praticamente, toda a Prússia. No prosseguimento da sua ofensiva, ele apoderou-se das costas do mar do Norte e do Báltico (por aqui passava o grosso do comércio inglês), o que se converteu num rude golpe contra a Inglaterra. Com estes êxitos, em 21 de Novembro de 1806, Napoleão Bonaparte, a partir de Berlim, promulgou sem rodeios o *Decreto de Berlim*. Seguido da afirmação: “As ilhas britânicas são declaradas em estado de bloqueio”.

A partir daqui começou outro momento da história. Iniciou o acto do bloqueio continental. Este era um pacote de medidas políticas, militares e diplomáticas, com o desiderato de forçar a Europa a abdicar de mercadorias inglesas. Na esteira do bloqueio continental, os Estados europeus, a exemplo de Portugal, que não se associaram às medidas tomadas, passaram a sofrer pressão com o intuito de aderirem ao mesmo de boa vontade ou à força. No meio desta pressão exercida contra a Inglaterra, e com a qual outros tantos Estados discordavam, surgiu a quarta coligação, composta pela Inglaterra,

Áustria e Rússia. No meio da luta de interesses, de oposições e alianças começou, nos primórdios de 1807, a campanha da Polónia.

Daí em diante tiveram lugar outros desenvolvimentos que envolveram a Polónia, a Rússia, a França e a Prússia. Ao ponto desta ser despojada dos seus territórios. No entanto, diante dessa situação de bloqueio começou a luta inglesa pelo domínio dos portos neutrais e frotas aí estacionadas. A França, por sua vez, também procurou fazer o mesmo. É assim que os ingleses tomaram Copenhaga, em 1807, causando danos assustadores nessa cidade europeia. Depois dessa acção, as atenções viraram-se para Lisboa, devido à sua condição de porto estratégico para o Atlântico e ponto essencial para a navegação britânica.

Portugal passou assim para o centro das atenções. Patrick Wilcken (2005), no seu ensaio romanceado – *Império à deriva A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808 – 1821-*, diz o seguinte:

*Até ao momento, Portugal tinha mantido a neutralidade, mas há muito que parecia inevitável uma espécie qualquer de compromisso. Situado no extremo da Europa de Napoleão, encontrava-se cercado pela vizinha Espanha, aliada da França. Os seus portos de mar eram ideais para o comércio atlântico e a posição privilegiada de Lisboa, enquanto porto de águas temperadas, aberto todo o ano, tornava o país particularmente vulnerável. A cidade oferecia aos ingleses a possibilidade de desembarque na Europa e para Napoleão era a única brecha séria que estava no seu “Bloqueio Continental”. Lisboa era também o elo do império português, a câmara de compensação do comércio do Brasil de que a Inglaterra beneficiava grandemente, dando-lhe este facto uma importância considerável numa guerra que começava a centrar-se no acesso às rotas comerciais.*

A partir daqui surgiram inúmeras situações. Desde negociações diplomáticas, envolvendo as três partes (Portugal, França e Inglaterra), passando por uma crise depois da assinatura do Tratado de Tilsit, seguindo-se a uma exigência de Napoleão para Portugal alinhar com o bloqueio continental contra à Inglaterra, até ao ultimato francês de Setembro de 1807. Ora diante da recusa de Portugal, Napoleão, em coordenação com a Espanha, tomou a decisão para ocupar o território português (Tratado de Fontainebleau). A missão ficou ao cargo do exército sob comando do general Junot.

Nestas circunstâncias, ele marchou em direcção à Lisboa e a 30 de Novembro ocupou a capital lusa. Antes do sucedido, a Corte portuguesa já tinha partido rumo ao Brasil, onde se instalou. O vazio criado permitiu ao general Junot instalar o seu governo em Lisboa. Mas o objectivo gorou, pois a família Real, os homens da Corte e outros já tinham rumado para o Brasil.

Nos tempos que correm, no âmbito da perspectiva da *Guerra Peninsular (Novas Interpretações)*, António Pedro Vicente (2002) analisou o sucedido do seguinte modo:

*A questão não é nova e o próprio Bloqueio Continental, formalizado em 1806, tem antecedentes. Não se descuram, pois, razões e motivos de ordem económica para explicarem os acontecimentos políticos e militares que vêm a determinar a ocupação de Portugal e, conseqüentemente, o possível controlo dos seus territórios ultramarinos, com saliência para o Brasil.*

Depois da primeira invasão, comandada pelo general Junot, seguiram-se outras (lideradas por Massena e Soult) que demandaram esforços concertados de parte do povo português e do seu aliado natural a Inglaterra, até à completa expulsão dos invasores do território português. Com a expulsão das forças invasoras, independentemente da existência da Regência, Portugal encontrava-se sob tutela do general inglês Beresford. No meio deste quadro periclitante, variadas questões económicas, políticas, sociais e militares afligiam os portugueses. E a situação se agravava dia após dia, devido à influência inglesa sobre a Regência e em relação às Forças Armadas Portuguesas.

Para agravar muito mais as coisas, tiveram lugar outros acontecimentos em 1817. Várias pessoas foram acusadas de conspirarem contra Beresford, o governo e outras instituições. Os acusados, neste caso, foram automaticamente condenados e executados. Entre essas pessoas constava o tenente-general Gomes Freire de Andrade, considerado líder dos conspiradores portugueses. A medida que visava estancar o descontentamento interno não alterou a situação, muito pelo contrário criou condições para despertar muito mais as forças liberais no seio das Forças Armadas e da máquina burocrática. Estas forças desenvolveram acções no sentido de alterar a situação de *statu-quo* que prevalecia no país.

A sociedade portuguesa estava a viver momentos agitados, o que se prolongou nos anos seguintes (1818-19). No contexto dos ventos liberais que pairavam sobre a Europa, em 1820 a vizinha Espanha confrontou-se com o triunfo do liberalismo. Este acontecimento, que teve lugar no território vizinho, criou condições para acções conjugadas entre os liberais dois países e reforçou muito mais as intenções dos liberais portugueses em alterar o estado das coisas em Portugal. Diante da situação crítica do país, os liberais procuraram por todos os meios reverter o quadro não obstante o fracasso de 1817, com o tenente-general Gomes de Freire de Andrade à cabeça.



É evidente que Beresford comandava os destinos de Portugal mas ele tinha dificuldades em articular diversos assuntos. Para o efeito, decidiu partir para o Brasil em busca de auxílio e de outras prerrogativas que lhe pudessem conferir mais poderes, sobretudo nas matérias relativas às Forças Armadas e às pretensões das forças liberais. Nessas condições, de ausência de Beresford, deu-se, no dia 24 de Agosto de 1820, o levantamento dos intelectuais tripeiros (o Sinéδιο) com amplo apoio das Forças Armadas, em cujas fileiras a consciência liberal era muito forte. Este acto inscreveu o momento do triunfo da Revolução liberal em Portugal. Movimento que se expandiu pelo país, e que foi amplamente aplaudido por largos sectores sociais. As forças da situação (regentes) não conseguiram conter o ímpeto do movimento liberal e com isso ele triunfou. Com esta investida revolucionária, derrubaram a Regência e proclamaram o novo Governo sob comando de uma Junta Provisional do Reino. Com este acto vedaram a entrada de Beresford em Portugal.

Examinadas as causas primeiras da Revolução Liberal de 1820, há que identificar os seus actores e protagonistas. É evidente que, de um modo geral, as revoluções liberais na Europa foram impulsionadas por forças burguesas que se converteram em principais promotores da mudança. No caso português a situação difere substancialmente de outras paragens, na medida em que, a par das forças burguesas e da burocracia, as Forças Armadas portuguesas desempenharam o papel central (actor e protagonista) no processo revolucionário que se desencadeou e que derrubou a Regência.

Valorizando o papel das Forças Armadas, na perspectiva *Guerra Peninsular (Novas Interpretações)*, António Telo (2002) produziu as considerações em destaque:

*As invasões, em primeiro lugar, mudam radicalmente as Forças Armadas e a sua ligação à sociedade. É correcto mencionar as Forças Armadas em primeiro lugar pois elas, depois de radicalmente modificadas nestes anos, seriam as parteiras da nova sociedade portuguesa do século XIX, uma sociedade liberal, urbanizada e de forte centralismo estatal, embora não industrial nem marcada pela ciência, como aconteceria noutras regiões da Europa. É de acrescentar que esse papel coube quase exclusivamente ao exército, o verdadeiro motor da mudança liberal em Portugal [...].*

Daqui para frente, depois de considerarmos o papel das Forças Armadas portuguesas, é de todo útil ver os caminhos pelos quais trilhou o liberalismo e examinar o seu impacto nas colónias de Angola e Benguela. É evidente que o interesse neste texto não é o de radiografarmos todos os períodos do liberalismo português mais sobretudo o primeiro período liberal (1820-1823), pois é este que mais directamente se relaciona com convulsões que tiveram lugar nas colónias de Angola e de Benguela.

Falando sobre os episódios posteriores à Revolução Liberal de 1820, há que referir, acima de tudo, que o novo Governo teve como preocupação principal a organização de eleições gerais para as Cortes. Essas eleições tiveram lugar em Dezembro de 1820 e permitiram eleger uma maioria de burgueses representando diferentes estratos sociais (burocratas, proprietários, etc.) Assim, as Cortes elegeram de imediato um novo Governo e outra Regência (Janeiro de 1821). Agora a preocupação dos novos governantes era trazer de volta D. João VI.

Em 21 de Julho de 1821, o monarca D. João VI regressou para Portugal. E a primeira exigia que lhe fizeram foi no sentido de fazer um juramento em relação às bases de uma futura Constituição do país. Não obstante as dúvidas e suspeitas de alguns liberais, o monarca comportou-se conforme a expectativa. Assim começou o mandato do primeiro monarca constitucional de Portugal.

No seio do movimento liberal português havia, no entanto, problemas. Também o movimento se encontrava desavindo ao ponto de divergirem quanto à melhor forma de fazer evoluir o movimento liberal. Diante da disputa que prevalecia, um grupo de liberais (juristas e burocratas) conseguiu tomar a dianteira e efectuou certas reformas, e propôs uma Constituição de base progressista. As mudanças que se operaram não agradaram certos sectores das Forças Armadas, que resolveram tomar o poder de assalto. Esta tentativa gorou e os liberais continuaram a frente dos destinos do país.

Nessa luta incessante, o quadro político ficou ensombrado com uma situação que envolveu o Brasil. A 7 de Setembro de 1822, este território proclamou a sua independência. Este acto, segundo alguns, foi um rude golpe para os interesses de Portugal e para as forças políticas que desejavam preservar a sua condição de colónia mesmo depois do regresso de D. João VI. O novo facto político desencadeou reacções diversas e a leitura que se fez era que os objectivos da Revolução tinham sido postos em causa. Automaticamente, os liberais viram a sua popularidade cair, o que marcou o início da sua marginalização. Deste modo, começou a crise no seio dos liberais.

No entanto, a situação agudizou-se muito mais devido aos actos das forças anti-liberais. Estas forças, comandadas pelo partido anti-liberal, pegaram em armas e em Vila Franca de Xira proclamaram a restauração do Absolutismo (Maio-Junho de 1823). O acto de regresso ao Absolutismo, entretanto, deixou D. João VI numa situação intrincada. Então ele resolveu propor uma plataforma de compromisso, que passou pela modificação da Constituição e, ao mesmo tempo, dissolveu as Cortes. Mas o certo é que o movimento anticonstitucional da Vilafrancada triunfou. Apesar do triunfo da contra-revolução, a cisão no seu seio era um facto e deu lugar a outras situações. O que converteu uns em moderados (D. João VI e Governo) e outros em extremistas (D. Miguel e sua mãe).

Com o desenrolar do tempo, as forças extremistas voltaram a conspirar e se revoltaram em Abril de 1824 (Abrilada). Esta revoltada foi sol de pouca dura, visto que os ingleses saíram em socorro de D. João VI. Daqui em diante Portugal ficou confinado ao sistema absolutista moderado. Por isso, os liberais, em número significativo, refugiaram-se em França e na Inglaterra. Em linhas gerais, e sem descer muito ao pormenor, este é o primeiro período histórico do movimento liberal português. Um momento da vida de Portugal que é recheado de acontecimentos.

Como na metrópole tiveram lugar estas e outras situações, há que analisar o impacto dessas ocorrências nas colónias de Angola e Benguela. A ideia é fazer uma ponte entre os eventos da metrópole e os das colónias e incorporar outras considerações no corpo do texto.

### **Convulsões nas Colónias de Angola e Benguela**

Desde 1648, instante da sua restauração da ocupação holandesa, que a colónia de Angola se encontrava sob tutela directa do Brasil, no âmbito do império luso-brasileiro. A colónia passou a ser administrada e governada por capitães-generais e governadores brasileiros, e a sua função essencial era fornecer mão-de-obra escrava para o Brasil. A colónia de Angola, ao longo dos séculos XVII e XVIII e mesmo depois, na segunda metade do século XIX, manteve-se na mesma trilha. Não obstante a sua condição de colónia e do seu objecto principal constituir a escravatura, no território da colónia, nos primeiros anos do século XIX, começaram a surgir referências políticas, económicas e sociais resultantes do contacto com o Brasil e também devido aos ecos das ideias revolucionárias que fervilhavam no mundo nessa época.

Tanto assim é que Carlos Pacheco (1990), no seu estudo intitulado *José da Silva Maia Ferreira O Homem e a sua Época*, destaca as seguintes referências:

*Com essas revoluções – a que ninguém, em parte nenhuma do mundo, ficou imune –, despoletara-se o grande relógio despertador das consciências, mesmo das mais adormecidas, como em Angola, onde os ecos dessas convulsões terão chegado de forma esbatida e distante no tempo –, mas onde, mesmo assim, as pessoas não terão deixado, face aos processos de mudança pelo mundo fóra, de se sobressaltar e despertar, sendo levadas, em resumo, a acompanhar e a tentar perceber (exactamente através da leitura, no caso mais corrente através dos jornais, gazetas e folhas volantes vindos da Europa e do Brasil) os novos ventos da história.*

Com o triunfo, em 1820, da Revolução Liberal em Portugal, círculos políticos da colónia de Angola viram chegar a oportunidade para manifestarem de forma aberta as suas ideias e intenções. Este desígnio ganhou mais expressão, em 1822, com os eventos políticos que se registaram em Portugal, particularmente devido à carta constitucional adoptada pelos liberais (a Constituição política da Monarquia portuguesa (Título II «Da Nação Portuguesa») que não fazia qualquer distinção entre metrópole e ultramar.

Em presença da conjuntura liberal, na colónia de Angola tiveram lugar desinteligências entre o capitão-general Manuel Vieira Tovar de Albuquerque e o bispo D. Fr. João Damasceno Pôvoas, em 1821. No entanto, nesse ano, o capitão-general Manuel Vieira Tovar de Albuquerque foi substituído pelo capitão-general Inácio de Lima. Este, no começo do seu mandato, confrontou-se, de imediato, com outras desinteligências, o que culminou com uma amotinação do povo. Ele foi deposto do cargo de governador e os amotinados aclamaram uma Junta Provisória. Uma vez aclamada a Junta Provisória, esta tinha na sua composição sete membros e era coordenada por D. Fr. João Damasceno Pôvoas.

Quanto menos se esperava, teve lugar uma segunda sublevação. Desta vez a sublevação ocorreu no seio de um regimento de infantaria e de uma companhia de cavalaria. Este acto forçou a Junta Provisória a solicitar às Cortes o envio de outras tropas. Mas as tropas só chegaram em 1823.

Por outra, as condições políticas, económicas e sociais criadas no Brasil, desde a ida da Corte para o Rio de Janeiro, e as transacções que se faziam com a Inglaterra levaram o Brasil a alcançar a sua independência, a 7 de Setembro de 1822. Este facto abriu as portas para duas situações. Uma gerou uma crise entre Portugal e Brasil. A outra agravou as convulsões na colónia de Angola, o que se alastrou à colónia de Benguela.

Qual era a natureza dessa crise? Esta crise resultou do facto de que apesar da presença do império luso-brasileiro, quem fazia, na prática, a gestão das colónias de Angola e do Brasil era o Brasil. E há muito que capitães-generais e governadores de origem brasileira manuseavam todos os negócios com autonomia. De mais a mais, os diferentes rendimentos que advinham daí quase ou nada chegavam a metrópole. Logo, no modo de pensar brasileiro, as colónias de Angola e Benguela tinham muito mais interesse para o Brasil.

Mas como é que convulsões se agravaram na colónia de Angola? E o que é que sucedeu em Benguela? Enquanto decorria a luta entre Rio de Janeiro e Lisboa, em busca de um compromisso relativamente à tutela da colónia de Angola, nesta ocasião surgiu uma onda de desobediência em relação a Portugal. Em que moldes é que se configurou a desobediência?

Para compreendermos a situação há que interiorizar os valores de referência que se criaram devido à vida de relação entre o Brasil e Angola. Há que admitir a existência de círculos económicos na colónia que tiravam dividendos da escravatura e estavam interessados em preservar os seus privilégios. Não ignorar também o facto de que alguns brasileiros eram apologistas da salvaguarda da relação entre os dois territórios. Também há que ter em conta que em Angola circulava, nessa altura, muita propaganda com cunho independentista (o caso mais palpável era o jornal do brasileiro Hipólito da Costa, *Correio Brasiliense*, editado em Londres e que se vendia de forma contrabandeada em Angola).

Este periódico circulou, em Angola, entre 1808 e 1822. Também devemos adicionar no rol dos dados mais outros factos. A colónia de Angola também tomou conhecimento sobre o levantamento (1789) de Minas Gerais (Brasil) e muitos indivíduos (conjurados e deportados) que participaram nesse levantamento viviam nas colónias de Angola e Benguela. Da mesma forma que chegaram informações sobre os levantamentos do Rio de Janeiro (1794) e da Baía (1799). Estes factos reunidos e outros deram força à desobediência.

Para agravar a situação surgiram na colónia de Angola os partidários dos secessionistas brasileiros e até se falava na existência de um “partido brasileiro”. Além disto, a corrente pró-brasileira estava em plena actividade e ninguém os detinha nem mesmo as tropas que existiam na colónia.

Quanto à Benguela, passou-se foi o seguinte. Um ano depois da independência do Brasil, em 1823, em Benguela teve lugar uma revolta cujo escopo era unir-se ao Brasil, visto que este país alimentava a ideia da constituição de uma confederação com Angola e Benguela. Os brasileiros avançaram a proposta da confederação, mas a ideia gorou, segundo Gerald Jerry Bender (2004), como perceberemos mais a frente com explicações seguintes.

À margem do sonho de Benguela, na colónia de Angola pairava no ar a ideia de uma provável invasão a partir do Brasil. Rumores postos a circular indiciavam que o Brasil tinha preparado uma força naval para intervir a favor da corrente angolana – pró-brasileira. Diante dos boatos e outras situações, as Cortes portuguesas enviaram um contingente de tropas (1823). Só que esse corpo expedicionário (um batalhão) se sublevou quando chegou ao terreno, visto que os seus integrantes pretendiam regressar à metrópole (Francisco Castelbranco, 1932).

Daqui para frente interessa saber como é que se pôs fim a crise entre o Brasil e Portugal. A solução foi encontrada de dois modos. Um tem a ver com iniciativas da Inglaterra. Este país persuadiu o Brasil a abandonar a ideia de criar uma confederação com as colónias de Angola e Benguela. O que foi aceite. Tendo a ideia permanecido em “conversas familiares” (Basil Davidson, 1974). Ao mesmo tempo, a Inglaterra instou o Brasil a abdicar do tráfico negreiro no quadro de esforços que tinham começado, uns anos antes, no célebre Congresso de Viena (1814-15).

O outro modo resultou da iniciativa de Portugal. Este, por sua vez, actuou de maneira combinada. Primeiro, enviou companhias de expedicionários para reforçarem a colónia de Angola, já que a Junta Provisória se revia nos ideários liberais e na perspectiva do Governo liberal português. Em simultâneo, alteraram o modo de gerir a colónia. Quer dizer, o Governo passou a nomear governadores para colónia a partir de Lisboa, e foram, assim, postas de parte nomeações de capitães-generais do Brasil. Segundo, Portugal reconheceu a independência do Brasil e firmou com este um acordo (1824-5) a respeito da colónia de Angola.

Assim terminaram as convulsões nas colónias de Angola e Benguela.

